

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S. A.

Diretor de Redação: Otavio Frias Filho

Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

Escalada irresponsável

No desesperado objetivo de permanecer cinco anos no posto —contra o desejo da maioria da população, contra sua própria palavra e contra o desenvolvimento da transição democrática—, o presidente Sarney investe no caminho do conflito institucional, da provocação e da irresponsabilidade política. O discurso que pronunciou ontem em rede nacional de rádio representa um novo e gravíssimo passo nessa estratégia de confronto.

Sua mais recente investida contra o Congresso constituinte inscreve-se num projeto de intimidação e alarmismo que, manifestando-se nas declarações do ministro Antônio Carlos Magalhães no sentido de “zerar” os trabalhos constituintes; nos sofismas do consultor-geral da República; na agitação desinformadora a respeito do pretensão estímulo “ao crime e à impunidade” que estaria contido num dos artigos da nova Carta e no propósito, noticiado ontem por este jornal, de recorrer ao STF contra uma decisão pelos quatro anos de mandato, compõe um quadro de instabilização deliberada da ordem política e de violência contra a soberania dos representantes da população.

O Congresso constituinte foi convocado, explicitamente, com o objetivo de encerrar um ciclo institucional. A ruptura não se deu com violência; foi formulada segundo as regras legais de que se dispunha, num processo cuidadoso e transacionado de arquitetura política; com todas as suas falhas e concessões, tratou-se, indiscutivelmente, de uma ruptura. É assim que o Congresso foi eleito com a tarefa explícita de elaborar uma nova Constituição, não emendar a que já existia. Fosse um “poder constituinte derivado”, como querem os raciocínios oficiais, sequer esta atribuição seria admitida pela Carta em vigor. É assim que o discurso da “Nova República” o revestiu com o nome de Assembleia Nacional Constituinte; é assim que, contrariamente ao que ocorre nos processos de simples emenda constitucional desenvolvidos por um Poder Legislativo ordinário, suas decisões sobre a

nova Carta são aprovadas por maioria absoluta, e não por maioria de dois terços.

Entretanto, é quando o Planalto se apercebe das tendências em favor dos quatro anos no plenário do Congresso, e quando exprime, descobre ou inventa discordâncias a respeito do que ali está sendo decidido, que irrompe a clara tentativa de contestar-lhe a soberania, desmoralizá-lo perante a população, romper o acordo nacional por uma transição democrática a mais breve possível, renegar um compromisso assumido publicamente, envolver-se em artifícios jurídicos e afrontas verbais.

A aventura institucional em que o presidente Sarney procura lançar o país é a mais grave ameaça, o mais sério intuito de desestabilização política já desenvolvido por um chefe do Executivo desde que o projeto da transição democrática afirmou-se, com a força de sua unanimidade, por toda a nação brasileira. É contra uma decisão soberana do Congresso constituinte, é contra a viabilização concreta de uma aspiração popular, é contra toda a cronologia da democratização brasileira que o presidente Sarney articula um ataque exasperado. Agita uma fraseologia candente para recobrir suas intenções de manter-se no poder. Acusa a existência de “uma ação contra a democracia”. Afirma que o seu alvo “é o regime, é o nosso sistema de vida, é a transição, é a democracia e, finalmente, o caminho da ilegalidade”.

O discurso do presidente não encontra confirmação nos fatos. Os setores mais radicais do Congresso constituinte estão reduzidos a um poder diminuto; é responsabilidade de todo o plenário votar, o mais depressa possível, uma Carta democrática e adequada à realidade do país. Cabe a este presidente, como a qualquer outro, submeter-se às decisões constitucionais. Não investir no confronto e no alarmismo; muito menos solapar um poder soberano e democrático em favor de ambições personalistas, de projetos de permanência no poder, de pretensões à tutela política ou de atitudes de aventureirismo e agitação.